

O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO, DE NOVAS TECNOLOGIAS E DO COMÉRCIO EXTERIOR SOBRE OS EMPREGOS

Hideharu Carlos Ikehara *

Resumo

O processo de globalização da economia tem sido responsabilizado pela eliminação de um número crescente de postos de trabalho, contribuindo para o aumento do número de desempregados, particularmente nos países industrializados. Pela sua complexidade, a questão merece um estudo detalhado. A presente reflexão é uma tentativa a mais para a provação e aprofundamento da discussão.

Abstract

The globalization process of the economy has been responsabilized by the elimination of crescent number of the unemployed, particularly in industrilized countries. Because of its complexity, the question deserves a detailed study. The present reflection is a one more try to the provocation an deepenly of the discussion.

Introdução

A rápida mudança tecnológica, juntamente com o processo de globalização econômica e o

acirramento da concorrência internacional estão desgastando os mercados de trabalho dos principais países industrializados e deixando mais e mais pessoas angustiadas com a possibilidade de desemprego e baixos salários.

A crescente desigualdade de rendas, a insegurança no emprego e o próprio desemprego são vistos como sendo o lado negativo do processo de globalização da economia.

As tendências divergentes para os ganhos salariais acentuaram-se, especialmente a partir da década de 80 e neste início dos anos 90. Os grupos e salários baixos diminuíram verticalmente, enquanto cresceram em ritmo acelerado as disparidades salariais entre homens bem remunerados e mal remunerados.

De acordo com KAPESTEIN (1996), a teoria econômica ensinou por várias gerações de estudantes que “o aumento do comércio e dos investimentos, aliado ao desenvolvimento tecnológico, serviria para impelir a produtividade nacional e a criação de riqueza. No entanto, no decorrer da última década, apesar do “boom” contínuo do comércio e das finanças internacionais, a produtividade diminuiu e agravaram-se a desigualdade nos Estados Unidos e o desemprego na Europa”.

O que se tem verificado é o fato de o setor industrial não ter gerado novos empregos, especialmente para os trabalhadores não-especializados nos países industrializados.

* Mestre em economia. Docente da UNIPAR

O movimento sindical está perdendo sua força política, gerando, como conseqüências dessa perda, maiores salários e benefícios para os trabalhadores não qualificados e maior insegurança de emprego.

São várias as causas destinadas a justificar esse "caos" social em todo o mundo. De um lado, coloca-se o aumento acelerado da tecnologia que tem levado à maior automação de fábricas e escritórios, substituindo mão-de-obra não qualificada por outra mais qualificada; de outro, a idéia de que o comércio exterior, desenvolvido pelos países centrais com os países em desenvolvimento, é responsável pela desigualdade de rendas e desemprego nesses países.

A intuição por trás desse raciocínio é a de que trabalhadores não-qualificados que recebem salários baixos no exterior, roubam as oportunidades de emprego e reduzem os salários dos trabalhadores não-qualificados dentro dos países mais desenvolvidos.

Dentro desta perspectiva, o presente estudo tem por objetivo contribuir para o debate em torno de tais questões. Deve-se levar em conta que não há um consenso fechado em torno das reais causas do porquê da existência de milhares de pessoas desempregadas ou sub-empregadas em todo o mundo.

1. Objetivos da pesquisa

Nas últimas décadas, a economia mundial vem sofrendo profundas e rápidas transformações, ocasionadas por mudanças tecnológicas que a levaram a um processo de globalização das informações.

Esse processo de desenvolvimento acelerado tem propiciado novos métodos de produção, novos produtos ou novas formas de organização industrial. Ainda que se constitua a força motriz por trás do crescimento econômico e do aumento do padrão de vida das populações, o desenvolvimento dessas novas tecnologias vem despertando receios na classe trabalhadora.

O objetivo principal deste estudo é o de contribuir para o debate em torno das questões que tentam explicar a crescente desigualdade de rendas, a insegurança no emprego e o próprio desemprego,

vistos como o lado negativo do processo de globalização da economia.

Como objetivos secundários, este estudo pretende analisar:

- 1) As causas destinadas a justificar esse "caos" social em todo o mundo;
- 2) O fato de o setor industrial não ter gerado novos empregos, especialmente para os trabalhadores não-especializados nos países industrializados;
- 3) A crescente desigualdade de rendas e desemprego nos países industrializados de todo o mundo.

A metodologia utilizada se consistiu na pesquisa bibliográfica e análise de dados publicados em livros, revistas, jornais e encartes especializados.

2. Tecnologia de informação e globalização

Uma série de incertezas marcam, hoje, os debates em torno do futuro do trabalho no mundo.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), um bilhão de pessoas no mundo não têm emprego ou estão subempregadas, no momento atual (FSP, 26/11/96). Qual o real motivo de tal descontrole social?

A tecnologia da informação (TI) e o processo de globalização estão levando a sociedade para a economia de cibernética, onde se verifica que, durante as duas últimas décadas, a rede global de computadores, telefones e televisão aumentou a capacidade de transportar informações. Esse processo está provocando profundas transformações nas regras de operação da economia mundial, levando a um novo paradigma de organização industrial.

A questão que se coloca no momento atual é se a TI e a globalização serão arautos de uma era de prosperidade ou trarão o caos econômico, gerando desemprego e desigualdade de rendas cada vez maiores.

A economia globalizada está deixando atrás de si milhares de trabalhadores receosos e cada vez mais às voltas com os problemas do desemprego, desigualdade e pobreza endêmica.

O contrato social do Pós-Segunda Guerra Mundial - que regia o estado do bem-estar social e prometia pleno emprego - está sendo substituído por novas forças que estão agindo sobre os trabalhadores.

Essas forças são inerentes a uma estrutura dual da economia globalizada que, por um lado, está aberta e é cada vez mais competitiva e, por outro, é formado por países fiscalmente conservadores.

O futuro econômico mundial está sendo tecido por um sistema globalizado, com ideais do mercado mínimo, aumento da produtividade, modernização tecnológica e desregulamentação. Entretanto, esse ideal de crescimento econômico não garante que haverá novos e mais empregos. Pelo contrário, a contínua diminuição do número de postos de trabalho, no cenário internacional, vem provocando reações e despertando um debate sobre como reverter essa tendência.

RIFKIN (1995), em seu livro: "O Fim do Trabalho", resume os ciclos do trabalho desde a Primeira Revolução Industrial da seguinte forma: "Inicialmente os desempregados do campo foram para a indústria; depois, quem saiu da indústria foi para os serviços. Agora, quando o próprio setor de serviços é "desmontado" pela tecnologia, não há mais saídas à vista. O futuro avizinha-se sombrio".

Entretanto, para COUTROT (1996), assessor econômico do ministro do trabalho da França

e professor da Universidade de Paris, "atribuir o desemprego às novidades tecnológicas, que provocariam aumentos impressionantes de produtividade, é uma explicação mítica, confortável e fatalista".

Já para REICH (1996), Secretário do Trabalho do governo Clinton (EUA), o futuro do trabalho será uma combinação "de busca por emprego, muita incerteza e necessidade absoluta de aprender no próprio trabalho. O tipo de conhecimento, que só pode vir da experiência, está sendo cada vez mais valorizado. Obviamente é preciso ter o básico - grau universitário - mas as tecnologias aparecem tão rápida e repentinamente, que novas oportunidades surgem a toda hora, sem aviso prévio. É preciso ter esperteza, experiência".

As análises tiradas dos vários debates e estudos, que estão efetuados sobre o tema, levam a acreditar que não há um consenso em torno do assunto.

Alguns pensadores econômicos encaram o futuro como uma nova era dourada de prosperidade; e outros, de forma receosa, com os trabalhadores enfrentando os problemas do desemprego e salários estagnados.

Gráfico nº 1



Notas: (*) outubro/96

(**) setembro/96

Fonte: OIT - Organização Internacional do Trabalho e agências internacionais

Obs: No Brasil o desemprego foi de 5,2% da População Economicamente Ativa, em setembro/96, segundo o IBGE.

O relatório de 1996 da OIT estima que 30% da força de trabalho no mundo não tem emprego ou está sub-empregada. O gráfico nº 1 denota o percentual da população economicamente ativa de alguns países, que estão sem emprego.

Para a OIT, não há “provas” concretas de que a desregulamentação do mercado de trabalho seja a única saída para a crise do desemprego no mundo, sendo, portanto, infundada a idéia de que toda regulamentação tomaria o mercado de trabalho mais rígido. Critica, ainda, os que afirmam que a globalização da economia tenha como característica a redução de emprego.

Já para PASTORE (1996), da Universidade de São Paulo, os próprios dados do relatório da OIT comprovam que a desregulamentação da economia, incluindo o mercado de trabalho, é a melhor maneira de aumentar a oferta de emprego. Ressalta que o da Europa (11%), mais regulamentada (FSP, 26/11/96).

Ainda que a taxa de desemprego seja menor nos países centrais, verifica-se que a desigualdade de renda se agravou. O padrão de vida dos pobres e da classe média baixa caiu. Esse fato pode ser comprovado dentro dos Estados Unidos e em todo o mundo industrializado. Não há como negar que as duas últimas décadas têm sido extremamente “cruéis” para os trabalhadores que não possuem qualificação, nos países industrializados.

A crise econômica mundial das últimas décadas está fazendo com que o setor industrial não gere os novos empregos necessários. Verifica-se, então, um agravamento da classe operária.

Os supostos vilões desse enredo, de acordo com as várias correntes de pensamento existentes, são a globalização, a mudança tecnológica surpreendentemente rápida e o padrão de comércio exterior dos países desenvolvidos em relação aos subdesenvolvidos.

3. Crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico

O debate sobre as causas dessas tendências quanto ao emprego na literatura econômica recaem

sobre o comércio e a tecnologia.

A intuição por trás desses argumentos são que os computadores e robôs, juntamente com as novas técnicas de administração, seriam os responsáveis pela destruição de empregos. Ao mesmo tempo, a liberalização do comércio e dos fluxos de capitais juntamente com os avanços em telecomunicações, ou seja, a globalização de informações aumentou a concorrência internacional e facilitou o processo de transferência da produção pelas empresas, para países em desenvolvimento, de baixos salários.

Ao reduzir o custo da comunicação, a TI colaborou para o processo de globalização da produção e dos mercados financeiros. Por sua vez, a globalização estimulou a tecnologia, ao intensificar a competição e acelerar a difusão da tecnologia por intermédio do investimento estrangeiro direto. Juntas, a globalização e a TI reduzem o tempo e o espaço, fazendo com que os custos da produção sejam também reduzidos.

Os novos métodos de produção, novos produtos e as novas formas de organização industrial são as principais forças motrizes do crescimento econômico e, portanto, do aumento do padrão de vida das populações.

Deve-se levar em consideração que as econômicas têm quantidades limitadas de capital e trabalho. Desta forma, sem o progresso tecnológico, as oportunidades de crescimento, com o tempo, se esgotarão. O crescimento econômico é sustentado pela descoberta de novos e melhores modos de utilização dos fatores de produção.

Desde Adam Smith, os economistas têm reconhecido que, a longo prazo, a mudança tecnológica é importante para o crescimento. Entretanto, somente nas últimas duas décadas é que o assunto vem sendo estudado com seriedade. Em todo o período histórico da economia mundial, a tecnologia sempre esteve presente, ainda que ignorada pela maioria dos economistas. O que mudou nos tempos modernos foi o ritmo de inovação tecnológica.

Na década de 30, Joseph Schumpeter tentou explicar o crescimento sobretudo em termos de inovação tecnológica, e o interesse por sua teoria foi retomada nos últimos anos.

Na década de 80, Paul Romer, um economista da Universidade de Stanford, elaborou uma “nova” teoria do crescimento, tentando incorporar a tecnologia diretamente nos modelos de crescimento econômico, explicando como o conhecimento - tanto na forma de tecnologia quanto na de capital humano - é criado e difundido por meio da economia.

A TI, na atualidade, vem alimentando o que seria a quinta onda de crescimento, na visão schumpeteriana.

Fazer previsões sobre as conseqüências de uma nova tecnologia é extremamente difícil. Os estudantes do assunto insistem em argumentar que a TI é diferente, em gênero, das tecnologias anteriores e, portanto, com conseqüências econômicas diferentes.

O modelo apresentado por Schumpeter postulava que o crescimento se daria por meio de surtos de desenvolvimento tecnológico e competição entre empresas. Schumpeter via o capitalismo se movendo em ondas longas, ou seja, a cada 50 anos, aproximadamente. Revoluções tecnológicas poderiam causar “vendavais de destruição criativa”, durante os quais velhas indústrias seriam varridas e substituídas por outras novas. Cada onda de tecnologia alimentaria um aumento súbito dos investimentos e forneceria novos empregos em novas indústrias. (Ver Schumpeter *The Theory of Economic Development*. Cambridge, Mass Harvard University Press, 1934).

Em primeiro lugar, possui como característica peculiar a “difusão absoluta”, ou seja, ela não apenas pode ser aplicada em todos os setores da economia, como também pode afetar cada função dentro de uma empresa.

Sua segunda característica se relaciona com o vertiginoso declínio dos preços dos computadores. Há muito tempo o mundo não via uma queda tão significativa no preço de um insumo industrial. Com isso, mais e mais pessoas são encorajadas a comprar computadores, permitindo a difusão acelerada da tecnologia.

Uma terceira característica, e que se constitui numa vantagem especial, é que a TI reduz os custos das comunicações e das transações, ajudando os mercados a funcionarem com mais eficiência.

Por fim, uma das mais importantes características da TI é que ela é lida com conhecimento. Mais e mais conhecimentos agora podem ser codificados, na forma digital, e armazenados em computadores. Isto permite que o conhecimento seja difundido mais rapidamente, e fica mais fácil para os países em desenvolvimento alcançarem os outros. Além disso, a TI exige menos recursos do que as tecnologias anteriores e é potencialmente mais favorável ao ambiente.

4. Tecnologia e produtividade

Nas duas últimas décadas, os investimentos em TI e softwares feitos pelas empresas somam um valor significativamente elevado, superando os investimentos em maquinário tradicional.

Esse investimento deveria, em tese, ter elevado a produtividade e estimulado o crescimento. No entanto, a partir da década de 70, os ganhos em produtividade nas grandes economias industrializadas desaceleraram-se drasticamente. O aumento da produtividade do trabalho nas sete economias mais ricas que, de 1960 a 1973, ficou numa média de 4,5% ao ano, tem sido de 1,5% desde então. O crescimento no fator total de produtividade (combinação da produção por unidade de trabalho e capital), durante o mesmo período de uma média 3,3% para 0,8% ao ano (GM, 03/10/96).

Essa constatação equivale a afirmar que a maior parcela do crescimento econômico, verificado nesse período, adveio do aumento dos recursos em trabalho e capital; e de menor parcela vinda do progresso tecnológico.

A aparente ausência de um incentivo à produtividade, originado da nova tecnologia, está sendo chamada, entre os economistas, de “paradoxo da produtividade”. Na realidade, não há um consenso formado em torno das razões que levaram a revolução dos computadores a fracassar no incentivo à produtividade.

Paul KRUGMAN (1996), economista do MIT, argumenta que os recentes avanços tecnológicos não pertencem ao mesmo grupo daqueles

conquistados no começo deste século e que tinham mais efeito sobre a vida da pessoa comum. Ele exemplifica afirmando que “a compra de passagens por computador é ótima, mas a viagem de um canto a outro do País ainda leva cinco horas; os códigos de barra e scanners a laser são excelentes, mas o comprador ainda precisa entrar na fila do caixa”.

A tentativa de explicar o paradoxo da produtividade, nos estudos existentes recaem sobre algumas linhas de raciocínio.

A primeira, parte do argumento de que parte dos gastos com TI é “desperdício”. O pressuposto em que se baseia este argumento é o de que, quanto mais baratos se tornam os computadores, o usuário está substituindo os equipamentos, com uma frequência cada vez maior, por modelos mais potentes, mais novos, antes mesmo de estarem ultrapassados. Além disso, mais as pessoas acabam usando-os para tarefas nada vitais.

A segunda mostra que geralmente existe um atraso de várias décadas antes que os grandes avanços tecnológicos revertam em ganhos de produtividade em toda a economia. O pressuposto é o de que a economia não absorve tão rapidamente os grandes avanços tecnológicos, revertendo-os em produtividade. A intuição por trás desse argumento é a de que as empresas levam certo tempo até identificarem as formas mais eficientes de utilizar a nova tecnologia e fazerem mudanças em sua organização.

Os maiores benefícios de uma nova tecnologia estão no processo de difusão dessa tecnologia. Além disso, é necessário que as empresas aprendam a usá-la com eficácia.

Algumas das pesquisas efetuadas identificaram que, em termos de empresas, mais do que em termos da economia em geral, já existem evidências de que os computadores estimulam a produtividade. Em termos da economia em geral, é possível que os benefícios dos computadores não estejam materializados. A explicação para isso pode ser a de que o capital social dos computadores, no momento, é ainda pequeno demais para representar uma grande diferença no crescimento global da produtividade do trabalho.

Outro argumento utilizado para tentar explicar

o paradoxo da produtividade é o de que o investimento em tecnologia nem sempre tem a intenção de aumentar a produtividade do trabalho.

Um estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico _ OCDE, intitulado “Tecnologia, Produtividade e Empregos”, assinala *que uma parcela crescente de gastos com P&D e TI é dedicada à diferenciação de produtos e ao marketing, em uma batalha por participação de mercado, não tornar a produção existente mais eficaz.*

Por fim, um último argumento é o de que os benefícios já estão surgindo, mas os modelos de estatísticas econômicas não estão conseguindo captá-los.

As ferramentas existentes de medida de produtividade são mais adequadas à produção. Medir a produtividade dos serviços é notoriamente mais difícil. E é possível identificar que muitos setores que prestam serviços investiram proporcionalmente mais em TI do que na produção. Além disso, ainda se verifica muita dificuldade em quantificar os ganhos decorrentes da TI.

Por outro lado, a tendência das economias é de se direcionar cada vez mais para a prestação de serviços.

5. O Futuro dos trabalhadores

O novo paradigma tecnológico, que está se formando neste final de século, vem acompanhado de muitas incertezas com relação aos empregos e salários dos trabalhadores. Alguns catastrofistas prevêem um futuro de desemprego e salários estagnados à medida que robôs e computadores assumem o controle do trabalho.

O argumento desses catastrofistas é o de que a TI é diferente das outras tecnologias anteriores por ser mais difusa, por estar sendo introduzida com maior rapidez e por estar tornando o trabalho mais móvel. Com isso, a TI atinge todos os tipos de empregos, administrativos ou manuais, na manufatura ou em serviços e, até mesmo profissionais liberais, à medida em que computadores podem diagnosticar algumas

doenças e robôs podem ser programados para realizar operações tais como transplantes de ossos ilíacos.

Entretanto, os mais otimistas argumentam que tal previsão pode estar errada, uma vez que a própria história depõe contra esse pessimismo. Ao longo dos últimos dois séculos de imensos avanços tecnológicos, o emprego e os salários reais cresceram quase continuamente nos países industrializados. Os empregos e padrões de vida elevaram por causa da mudança tecnológica, não a despeito dela.

O argumento básico é o de que é verdade que milhões de empregos serão destruídos pela tecnologia, mas essas perdas serão compensadas por ganhos de novos empregos criados pela mesma tecnologia. Dessa forma, o emprego total continuará crescendo de acordo com a população. A tecnologia mais avançada apenas muda os tipos de empregos em oferta, exigindo um tipo de trabalho cada vez mais qualificado.

Uma análise mais ortodoxa da economia poderá levar à conclusão de que a introdução de novas máquinas reduzirá a quantidade de postos de trabalho necessários para gerar um dado volume de produção.

Entretanto, deve-se levar em consideração que a própria tecnologia estimula a produção e provoca demanda nova pela criação de novos produtos. Por outro lado, aumenta a produtividade e, portanto, as rendas reais.

Se a análise for adequada à aplicação da nova tecnologia no aperfeiçoamento de produtos e processos já existentes, o emprego poderá cair a curto prazo. Mas, a longo prazo, essa eficiência ampliada aumentará a demanda e os empregos. Se, ainda, a nova tecnologia reduzir custos, isso deve conduzir a três possibilidades, ou seja, quedas no preço do bem ou serviço em questão, aumentos salariais no setor que utilizará a nova tecnologia ou aumento nos lucros.

Estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - encontram pouca evidência de que possa atribuir a culpa pela elevação do desemprego à mudança tecnológica. Países como os Estados Unidos e Japão - os maiores usuários de tecnologia de computação no setor

industrial - não apresentam taxas muito elevadas de desemprego. Suas maiores deficiências estão na desigualdade de renda cada vez maiores.

Isso parece confirmar que a nova tecnologia é benéfica para os empregos e que, num prazo mais longo, criará tantos empregos quanto destruirá. As defasagens que porventura houver entre a perda de empregos antigos e a criação de novos, poderá ser explicada pela incompatibilidade entre as habilidades exigidas, respectivamente, pelos antigos e pelos novos empregos.

Entretanto, o mesmo otimismo não se pode ter com relação aos salários.

Desde o início da década de 80, a desigualdade salarial cresceu nos países desenvolvidos. Muitos culpam a TI e a globalização por isso. A diferença de renda entre os trabalhadores mais instruídos e mais qualificados e os demais se ampliou significativamente. A procura por trabalhadores braçais caiu claramente em toda parte em relação à procura por trabalhadores instruídos.

O debate em torno desse tema tem-se alaistrado no momento atual. Muitos economistas não estão de acordo se isso se deve à nova tecnologia ou à crescente competição, decorrente dos fabricantes que operam em países em desenvolvimento, com baixos salários.

Economistas europeus afirmam que o comércio é o principal culpado por esse aumento nas diferenças salariais, enquanto os americanos culpam principalmente a tecnologia.

Essa controvérsia está longe de ser resolvida. As importações americanas de produtos manufaturados de países em desenvolvimento são citadas como uma comprovação de que a concorrência por parte de produtores de países com baixos salários está empurrando para baixo os salários dos trabalhadores americanos não-qualificados.

Os economistas que procuram focalizar os efeitos do comércio, tais como WOOD (1994), argumentam que "os problemas contemporâneos dos trabalhadores não-qualificados dos países do Norte estão associados não apenas a um forte aumento das trocas comerciais entre o Norte e o Sul como também a uma modificação na composição dessas trocas.

Historicamente, os países em desenvolvimento sempre abasteceram o mundo industrial com produtos agrícolas e com matérias-primas em troca de bens manufaturados. Mais recentemente, no entanto, o Sul passou a se engajar na produção industrial, fabricando de roupas a produtos eletrônicos de consumo”.

No entanto, outros estudos feitos por economistas americanos, tais como Paul Krugman e Robert Z. Lawrence, sustentam que o impacto do comércio foi pequeno. Baseiam seus argumentos no fato de as importações de países em desenvolvimento desempenharem um papel relativamente pequeno nas economias dos países ricos e pelo fato de os empregos menos qualificados estarem nos setores não-comerciais, sob a proteção da concorrência internacional.

No que se relaciona à tecnologia, a grande maioria dos economistas americanos acredita que esta é mais importante que o comércio para explicar o aumento na desigualdade salarial.

Para eles, existem três formas pelas quais a TI poderia estimular a procura por trabalhadores mais qualificados. Primeiro, novas máquinas executam as tarefas anteriormente feitas por trabalhadores não-qualificados. Segundo, o trabalhador mais instruído tende a se adaptar com mais facilidade à mudança tecnológica e, terceiro, os computadores aumentam a produtividade de trabalhadores altamente qualificados, que têm mais condições de usá-los.

O que se pode verificar é que o debate em torno dessas questões está apenas começando. A visão que está se propagando, no momento, é a de que, na medida em que as economias se tornam cada vez mais baseadas no conhecimento, os mais escolarizados desfrutarão de uma vantagem cada vez maior. A mão-de-obra desqualificada está sendo substituída por outra cada vez mais qualificada, que se enquadra nos novos padrões exigidos pelo novo mercado de trabalho que está surgindo no mundo.

6. Possíveis saídas para o desemprego

Independentemente da controvérsia existente sobre as reais causas do desemprego no mundo,

permanece o fato de que há sempre quem ganha e quem perde com a mudança tecnológica e o livre comércio, além de outros fatores como o corte dos investimentos governamentais.

De acordo com KAPESTEIN (1996), a abertura da economia encontra respaldo na justificativa de que, “para o país como um todo, os ganhos serão, em princípio superiores aos prejuízos; conseqüentemente, os ganhadores poderão dar-se ao luxo de compensar os perdedores”.

A situação que se vislumbra para o trabalhador é a de que, se ele perder o seu emprego, provavelmente encontrará um novo somente por um salário menor ou passará a integrar a imensa lista de desempregados da economia mundial.

KODRZYCKI (1995), realizou um estudo sobre trabalhadores que perderam seus empregos na indústria de armamentos, em estados, na Nova Inglaterra. Em razão de suas habilidade e experiências com computadores, tais trabalhadores deveriam facilmente encontrar novos empregos. Entretanto, os resultados verificados pela pesquisa revelam que, mesmo entre esses trabalhadores, um em cada cinco que encontraram novos empregos passou a ganhar um salário que “representava um corte salarial de 40% ou mais”. Mais de 60% de todos os trabalhadores demitidos “registraram uma remuneração horária consideravelmente mais baixa”.

Tendo em vista tais tendências, começa-se a pensar quais as saídas para os trabalhadores desempregados.

O retreinamento da mão-de-obra aparece como uma possibilidade para realocar essa massa de trabalhadores desempregados ao mercado de trabalho e adaptá-los às exigências dos novos empregos.

De acordo com o Banco Mundial, em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1995, “os resultados são mistos no que diz respeito ao valor do treinamento para ajudar os trabalhadores desempregados a encontrar novas colocações”.

Para KAPESTEIN (1996), “mesmo sendo o treinamento um bom investimento, o custo de fornecê-lo a todos os desempregados é proibitivo. Existem cerca de 34 milhões de desempregados nos países-membros da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico - OCDE. Se o custo médio para o treinamento de cada trabalhador desempregado é de US\$ 7 mil, o total seria US\$ 238 bilhões. Para os Estados Unidos, com seu 7 milhões de desempregados, o custo seria de US\$ 49 bilhões. Atualmente o governo americano gasta aproximadamente US\$ 10 bilhões por ano em ensino profissionalizante e treinamento. No atual ambiente fiscal, é difícil imaginar esse número aumentando na escala que seria necessária”.

De qualquer maneira, o treinamento não pode ser considerado uma solução em si para o problema do desemprego, ainda que não deva ser abandonado nunca. A adoção de métodos diretos e eficientes se fazem necessários para a solução dos problemas ligados ao desemprego e à desigualdade de rendas.

Entretanto, o desenvolvimento de soluções positivas tem esbarrado nos índices cada vez menores de crescimento econômico, agravados pela diminuição da produtividade. Isso tem prejudicado todos os trabalhadores no que se refere à criação de novos empregos.

Vários estudos têm indicado que se os países industrializados tivessem continuado a crescer nos anos 90 no mesmo ritmo registrado no pós-Guerra, muitas das questões que, hoje, são manchetes de jornal, dificilmente chamariam a atenção.

O fato é que a desaceleração da produtividade no mundo continua sendo um enigma, uma vez que os países industrializados investiram, nas últimas décadas, elevadas somas em tecnologia e abriram suas economias à competição estrangeira. Isso deveria ter aumentado a produtividade dos trabalhadores. O fato é que não existe, no momento, nenhuma resposta satisfatória. Com isso, os índices de crescimento econômico continuam diminuindo e gerando poucos empregos e desigualdade cada vez maior de rendas.

Por outro lado, para ajustar suas economias ao novo paradigma techno-econômico mundial, muitos governos, no intuito de estabilizar suas finanças, adotaram rígidas políticas monetárias e fiscais. Essas políticas monetárias e fiscais privilegiaram a estabilidade financeira e o controle da inflação em detrimento dos empregos.

O debate existente, no momento atual, é o de

que, para entenderem dos problemas crescentes dos trabalhadores, os governos necessitam desenvolver medidas coerentes de políticas e programas econômicos, apoiados por uma coordenação política internacional capaz de gerar uma retomada do crescimento. Isso significa afirmar que as políticas monetárias e fiscais devem ser estruturadas de maneira tal que cumpram a promessa fundamental de possibilitar emprego e um ganho digno ao trabalhador.

A política assistencial também aparece como possível medida a ser tomada pelos países. Para isso, há quatro opções: protecionismo; ensino e treinamento; programa de obras públicas e subsídios ao emprego; e, políticas fiscais e de transferências de renda. Todas essas medidas implicam em custos que, de uma maneira ou de outra, terão que ser pagos.

A política protecionista é controversa e tem demonstrado que se constitui num remédio pior que a doença. Uma medida protecionista eleva o preço de todos os produtos, tanto estrangeiros como nacionais, resultando numa diminuição do consumo e na desaceleração da economia. Além disso, países que adotam tais medidas, ficam sujeitos a retaliações comerciais de parceiros internacionais. Para a maioria dos trabalhadores, os custos superam os benefícios e a renda nacional, certamente, cai.

Aumentar os gastos com ensino e treinamento parece ser a única política que possui a concordância universal. De acordo com WILIAMSON (1991), no decorrer de uma geração, trabalhadores não-especializados responderão aos sinais econômicos optando por mais ensino e treinamento. As evidências históricas indicam que esse processo está ocorrendo na maioria dos países industrializados que estão passando por mudanças econômicas significativas.

Mas, de qualquer forma, os benefícios do treinamento para os trabalhadores demitidos mostram-se incertos e o custo do treinamento para todos os trabalhadores se mostra proibitivo.

A opção de aumentar o número de empregos através de programas de obras públicas é relativamente eficiente e socialmente produtiva, uma vez que possibilita rapidamente a criação de empregos e a redução de miséria. Entretanto, poucos países ocidentais adotaram esse caminho como

política explícita, desde os tempos da Grande Depressão. Tais políticas devem ser cuidadosamente planejadas, afim de evitar uma substituição improdutivo de trabalhadores não subsidiados por trabalhadores subsidiados.

Por fim, o desenvolvimento de políticas macroeconômicas, como afrouxamentos fiscal e mudanças tributárias, torna-se necessário para fornecer estímulos e incentivar o crescimento econômico. De forma geral, as políticas micro e macroeconômicas de um país deveriam traduzir-se em um contingente de mão-de-obra mais instruído e mais produtivo. A coordenação política internacional, por sua vez, torna-se necessária para que os países possam desenvolver políticas expansionistas dentro de um arcabouço coletivo, não atrasando seu desenvolvimento em relação a outros países.

O que se coloca como fator primordial é o de que, em economias cujo problema principal seja o do desemprego, reformas adicionais serão necessárias, especialmente se a meta for a de dotar o mercado de trabalho de maior flexibilidade, estimular a contratação de novos empregados e criar pequenas empresas.

As fórmulas ideais para sair da atual conjuntura por que passam as diversas economias mundiais, irão depender de medidas adequadas às características econômicas de cada país e principalmente de vontade política para então retomar o processo de crescimento econômico. Nenhuma fórmula isolada será capaz de alcançar os resultados desejados.

Parece constituir-se em fórmulas ideais para sair da atual conjuntura por que passam as diversas economias mundiais. Cada um dos países industrializados deverá encontrar sua própria combinação de políticas econômicas, de acordo com suas próprias características.

Conclusão

As conclusões que se pode tirar das reflexões efetuadas neste estudo indicam um quadro em que a mensagem comum por trás dessas idéias é a de que a economia mundial, em mudança, exige nada menos do que um novo paradigma econômico.

As teses populares que estão se formando são as de que a TI, ao contrário de qualquer tecnologia anterior, destruirá mais empregos do que criará; a globalização e a mudança tecnológica alteraram significativamente os contratos sociais entre trabalhadores e patrões; e a informação mais facilitada e acessível vem alterando, através da mobilidade da tecnologia e capital, a teoria da vantagem comparativa dos países.

Entretanto, uma análise mais atenta das implicações da TI e da globalização na produtividade, qualidade dos serviços, nas facilidades do comércio e na organização de empresas e mercados, sugere que muitos desses pensamentos que estão na moda, podem estar equivocados. A TI é responsável pelo anúncio de uma nova Revolução Industrial. Entretanto, compreender e lidar com essa revolução não implica em uma revolução nos conceitos da economia.

O que parece estar sendo demonstrado, nos debates atuais, é a de que a escala tanto da globalização quanto da mudança tecnológica tende a ser vastamente exagerada. De acordo com WOODALL (1996), pelo lado da tecnologia, (...) *pode-se argumentar que as estradas de ferro, navios a vapor e o primeiro cabo telegráfico submarino transatlântico, em 1860, foram muito mais revolucionários do que as conexões via satélite, a Internet e outras "magias" modernas. A diferença é que a globalização do século XIX era impulsionada principalmente pela queda dos custos de transportes, e agora ela está conduzida pela queda nos custos de comunicação, que tornam possível veicular as informações em nível internacional de forma muito mais ágil e profunda.*

A tecnologia da informação e o processo de globalização certamente provocarão imensas implicações para empresas, trabalhadores e governos. Mas nada justifica as previsões apocalípticas que estão sendo feitas, especialmente em termos de crescente falta de emprego e de quedas de salários, à medida em que trabalhadores desqualificados são substituídos por computadores ou mão-de-obra estrangeira. A opinião dos estudiosos em tecnologia é a de que a TI dará um impulso significativo para o crescimento e, conseqüentemente, ao padrão de vida das

populações, nas diversas economias mundiais. Os temores e incertezas são comuns em períodos de rápidas mudanças como a que estão acontecendo no mundo, hoje.

O crescimento sustentado em rendas e empregos depende de transferência contínua de recursos dos setores em declínio para os setores em expansão. O que se tem que analisar é o fato de que se os governos tentarem proteger empresas e empregos de setores em declínio contra as mudanças que estejam ocorrendo, possivelmente eles estarão impedindo não apenas as mudanças, mas também o crescimento econômico.

Para as economias como um todo, a rápida mudança tecnológica se constitui, no longo prazo, numa fonte de possibilidade de crescimento e melhor padrão de vida das populações. Entretanto, os custos e benefícios da TI e da globalização não são distribuídos igualmente. Haverá sempre vencedores e perdedores e isso pode levar ao aumento das desigualdades em perspectivas de empregos e rendas entre trabalhadores qualificados e não-qualificados.

Isto poderá ser a principal dificuldade e desafio que os países terão para solucionar. De qualquer forma, a teoria econômica sempre se mostrou suficientemente forte e versátil para fornecer projetos de desenvolvimento tanto para um passado mecânico como para um futuro digital.

Bibliografia

1. COUTROT, T. Entrevista. Folha de São Paulo, Março/1.996.pg 5-10.
2. KAPESTEIN, E. B. **Os Trabalhadores e a Economia Mundial**, Foreign Affairs. Edição Brasileira. Número 1, outubro/1996.
3. KODRYCKI Y. K. **The costs of Defense-Related Layoffs in New England**. New England Economic Review, março/abril, 1995.
4. KRUGMAN, P. **Primeiro, Não Cause Danos**. Foreign Affairs. Edição Brasileira. Número 1, outubro/1996.
5. LAWRENCE, R. Z. **Não Ceda à Tentação de Gastar**. Foreign Affairs. Edição Brasileira. Número 1, outubro/1996.
6. PASTORE, J. **Desregulamentação Ampliará Emprego**. Folha de São Paulo. 26/11/96. pg 2-9.
7. REICH, R. Entrevista. Folha de São Paulo. Março/1996. pg 5-9.
8. RIFKIN, J. **The End of Work**. G. P. Putnam's Sons, 1995.
9. SCHUMPETER, J. A. **The Theory Of Economic Development**. Cambridge, Mass Harvard University Press, 1934.
10. WILLIAMSON, J. G. **Inequality, Poverty, and History**. Cambridge: Blackwell, 1991.
11. WOOD, A. **North-South Trade, Employment and Inequality: Changing Futures in a Skill-driven World**. Nova York: Oxford University Press, 1994.